

Liberdade de Expressão Versus Combate à Pirataria: Terceira Guerra Mundial?

Késia Martins, Isabela Ribeiro, Isadora Costa, Gabriel Faria

RESUMO:

Este artigo tem por objetivo, através de pesquisas e opiniões diversas sobre os fatos recentes, discutir os limites da liberdade no mundo digital. Até onde o controle de certos conteúdos é aceitável e necessário? Em que momento pode ser considerado um ato de censura? Há outros interesses por trás da criação desses projetos de lei? A paixão mundial pela internet levou o povo como unidade a batalhar contra gigantescas potências mundiais. Os projetos antipirataria foram suspensos, mas o tema ainda não teve um ponto final. Seria a internet o início de uma Guerra Mundial?

1. Introdução:

Recentemente, temos assistido a um dos protestos mais intensos de toda a história da internet: a luta contra a aprovação dos projetos de lei americanos SOPA (*Stop Online Piracy Act*, ou *Pare com a Pirataria Online*, em português) e PIPA (*Protect IP Act* ou, traduzindo, *Ato para Proteção da Propriedade Intelectual*). Tais projetos defendem a proteção dos direitos de propriedade criativa, ameaçados pela web no século 21, e o combate à pirataria nas redes digitais.

Para grande parte dos usuários e defensores da cultura livre, essa ação é ofensiva ao código de liberdade civil e uma tentativa de domínio sobre o patrimônio intelectual. Como forma de protesto, em janeiro desse ano milhares de sites saíram do ar – um fenômeno chamado de blackout –, dentre eles 400 brasileiros. O movimento surtiu efeito e os projetos, que tramitavam para aprovação no Congresso americano, foram retirados de pauta.

Esse artigo propõe a análise da dualidade entre combate à pirataria e a liberdade de expressão. Será que com a criação dessas leis, combatendo a pirataria online e limitando a liberdade na internet, as grandes empresas terão o imenso retorno esperado? Ou o tiro sairá pela culatra?

2. Os dois lados da guerra:

O SOPA (*Stop Online Piracy Act*) é um projeto de lei criado pelo deputado republicano Lamar Smith, em outubro de 2011, com o objetivo de impedir o acesso de

internautas americanos ao conteúdo pirata na internet. Há ainda outro projeto, o PIPA (*Protect Intellectual Property Act*), criado para barrar a entrada de conteúdo digital pirateado nos Estados Unidos.

De acordo com os projetos de lei americanos, devem ser bloqueados nos EUA sites estrangeiros que abrigam conteúdos que infrinjam as leis de direitos autorais – como cópias ilegais de vídeos, músicas e fotos, além de sites que vendem produtos falsificados, como remédios, calçados e roupas. O bloqueio deve ser feito inclusive por serviços de busca, como o Google, e de pagamento eletrônico, como o PayPal. A publicidade nos sites estrangeiros infratores também deve ser cancelada. Assim, em vez de tentar retirar os sites do ar, o SOPA pretende fazer com que os provedores americanos bloqueiem o acesso de seus clientes a sites considerados impróprios. Os sites continuariam no ar, mas seria impossível acessá-los a partir dos Estados Unidos. A ordem para bloquear sites seria obtida a partir de um pedido do Procurador Geral dos Estados Unidos e o pedido teria que ser aprovado por um juiz para que a ordem entrasse em vigor.

Uma de suas propostas é de prender, por até 5 anos, aqueles condenados por compartilhar conteúdo pirata por 10 vezes ou mais num período de 6 meses, os sites de busca, como o Google, e redes sociais, como o Facebook e Twitter, e teriam como pena o encerramento dos seus serviços por permitir ou facilitar a pirataria.

O PIPA é um projeto de lei conceitualmente parecido com o SOPA, porém mais focado na distribuição de conteúdo digital do que na venda de produtos físicos piratas. Também prevê que provedores dos Estados Unidos devem bloquear sites considerados impróprios e que empresas americanas devem cortar qualquer tipo de vínculo com esses sites.

Segundo o deputado Lamar Smith, um dos objetivos da lei é evitar o desemprego de milhares de americanos, já que muitas empresas têm seus negócios prejudicados pela pirataria. Estúdios de cinema norte-americanos, produtores de medicamentos e outras empresas que dependem fortemente de direitos de autor, patentes e marcas registradas para proteger seus produtos criativos são responsáveis pela geração de 40 milhões de empregos, cerca de 28% da força de trabalho dos Estados Unidos, segundo o relatório divulgado pelo Secretário de Comércio do país, John Bryson.

Os projetos de lei contam com o apoio da indústria de entretenimento (estúdios de cinema, gravadoras, conglomerados de mídia), que acusa os sites de violar direitos autorais e exibir ilegalmente seus conteúdos. Esse grupo também inclui empresas de

roupas e calçados, como Nike e Adidas, editoras de livros (Penguin, McGraw-Hill, Pearson) e a indústria do tabaco (Philip Morris).

Empresas de tecnologia e internet, como Microsoft, Wikipedia, Google, Yahoo!, AOL, Twitter, Facebook e Amazon se opõem ao projeto. De modo geral, essas empresas alegam que o SOPA e o PIPA podem introduzir na rede digital a censura, ao classificar determinados sites como próprios ou impróprios para os internautas. Além disso, argumentam que essa nova legislação poderia causar entraves à inovação e a colaboração em novos projetos e iniciativas, uma das maiores virtudes da internet. Recentemente, a Casa Branca também emitiu um comunicado dizendo que não aprova a SOPA em sua atual versão, pois pode prejudicar a liberdade de expressão.

Após os intensos protestos mundiais por toda a web, principalmente por empresas de grande porte, os projetos, que tramitavam no Congresso dos Estados Unidos, foram suspensos. O presidente do Comitê Judicial da Câmara dos Representantes americana, Lamar Smith, afirmou que a suspensão será mantida até que haja um acordo entre as partes envolvidas – detentores de direitos autorais, empresas de internet e instituições financeiras. O Senado americano também decidiu adiar a votação do PIPA, que tenta legislar sobre o mesmo assunto. Entre os senadores, também caiu a adesão ao projeto.

Na internet, a principal ação veio da Wikipédia, cuja versão em inglês ficou fora do ar durante um dia. Na página principal foi exibida a seguinte mensagem: "Por mais de uma década, nós gastamos milhões de horas construindo a maior enciclopédia da história humana. Agora, o Congresso dos EUA está considerando uma legislação que poderia prejudicar a internet livre e aberta. Por 24 horas, para aumentar a conscientização, estamos tirando a Wikipedia do ar". Logo após voltar ao ar, a Wikipédia exibiu um comunicado, agradecendo aos internautas: "Obrigado por proteger Wikipedia. (Nós não terminamos ainda.)".

A suspensão da votação dos projetos representa uma vitória parcial das empresas de tecnologia no embate que tem dividido opiniões, não só nos Estados Unidos, mas em todo o mundo. Entretanto, a discussão ainda não teve um ponto final. Um novo projeto lei de controle e segurança na web, o Cispa ou Ato de Proteção e Compartilhamento de Inteligência Virtual (*Cyber Intelligence Sharing and Protection Act*, no original em inglês) foi proposto no congresso americano, com objetivo de permitir a proteção contra ataques a redes e serviços, garantindo mais segurança online e ganhou apoiadores de peso, entre os quais empresas como o Facebook. Na visão do Facebook, a nova lei vai permitir o intercâmbio mais rápido entre empresas privadas e órgãos do governo de informações

sobre ameaças virtuais, o que possibilitaria uma ação mais rápida para proteger as redes e os dados de seus usuários. Opositores, como a Fundação Fronteira Eletrônica (EFF) e o Centro pela Democracia e Tecnologia (CDT), entre outros, acusam a proposta de ser um "novo SOPA", em referência ao projeto de lei antipirataria retirado da pauta no início do ano. O Cispa tem a alegada intenção de garantir a segurança dos usuários da web, porém, para os opositores, a entrega "indiscriminada" de informações de usuários considerados "ameaças" a órgãos do governo significa uma ofensa aos direitos dos cidadãos.

3. Análise:

Embora os projetos de lei propostos sejam válidos apenas para o território americano, a implantação de leis antipirataria, como as discutidas anteriormente, tem consequências globais. Grande parte dos sites utilizados em todo o mundo serão afetados (Google, YouTube, Twitter, Facebook, etc.), além dos serviços de publicidade e sites de pagamentos online (PayPal); que seriam obrigados a bloquear seus serviços para sites suspeitos em qualquer lugar do mundo.

A indústria do copyright, referente aos direitos autorais das indústrias fonográfica, cinematográfica e das grandes editoras, gera milhões de empregos e é parte importantíssima na economia dos Estados Unidos. Embora o argumento seja válido, a proposta de bloquear sites suspeitos de pirataria é algo arriscado quando se pensa em liberdade de expressão, principalmente na internet. Em muitos casos, é difícil determinar se um tipo de conteúdo é ilegal ou não. Como fazer um julgamento justo sem infringir a liberdade de expressão nas redes digitais? E como impedir a censura? Um simples exemplo seria a produção de um vídeo amador, a partir de curtos fragmentos de filmes. Assim, segundo os opositores da lei, seria muito fácil bloquear injustamente um site.

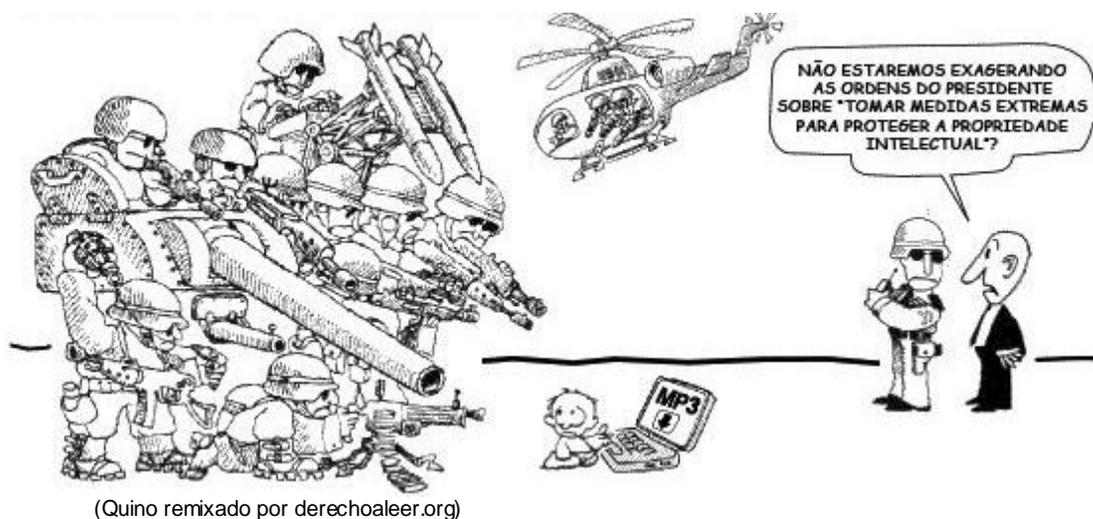


(Quino remixado por derechoaleer.org)

“Elas [as indústrias] querem evitar o compartilhamento de arquivos digitais numa rede que é basicamente de compartilhamento. Ou seja, adoram as novidades tecnológicas, mas odeiam o que as pessoas podem fazer com elas”, explica o sociólogo Sérgio Amadeu, representante da sociedade civil no Comitê Gestor da Internet e professor da Universidade Federal do ABC.

O maior perigo dessas leis talvez seja a interferência no funcionamento interno da rede: os provedores serão forçados a fiscalizar os conteúdos dos e-mails em busca de links e materiais não autorizados e, assim, bloqueá-los. O resultado disso com certeza seria uma rede menos segura e estável. Os projetos propostos não estariam apenas combatendo a pirataria, como também censurando certos conteúdos e contribuindo para tornar a web menos confiável.

Segundo Ronaldo Lemos (2012), diretor do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV no Rio de Janeiro e diretor da Creative Commons no Brasil, o SOPA dá às gravadoras americanas e a Hollywood o poder de derrubar qualquer site não americano do ar por mera suspeita de violação à propriedade intelectual americana. De acordo com ele, o SOPA é uma afirmação do poder geopolítico dos EUA sobre a Internet. Ou seja, com a aprovação desses projetos de lei, os EUA, sozinhos, terão total domínio sobre o conteúdo da internet mundial.



Na opinião do roteirista e desenhista do site Charges.com.br, Maurício Ricardo, “o caminho do combate à pirataria não passa pela repressão truculenta por uma razão óbvia: se o cara baixa pirataria é porque gosta do produto. Se gosta, mesmo praticando um ato ilegal, é um potencial cliente. (...) Piratas sempre existirão: já existiam quando eu era adolescente e as pessoas iam às lojas de disco encomendar coletâneas de músicas em

fita cassete. Mas o público que potencialmente pode pagar é - e sempre foi - gigantesco. O que os executivos com salários milionários têm a obrigação de fazer é encontrar atrativos para que as pessoas queiram pagar”.

4. Considerações Finais:

Observando-se os fatos e analisando os dois lados dessa verdadeira guerra de interesses, é compreensível que algumas empresas queiram impedir a distribuição gratuita de seus produtos. Porém, os projetos de lei propostos no Congresso americano estão tentando resolver um assunto que envolve ética utilizando-se de ações anti-éticas. Se para os internautas não é permitido o compartilhamento de mídia, para os EUA também não deve ser permitida a invasão de privacidade – que será o resultado da aprovação dessas leis.

A indústria do copyright e os artistas, detentores dos direitos autorais de suas criações, devem entender que, se por um lado eles perdem dinheiro com a pirataria, por outro ganham com a propagação e divulgação de sua imagem e projetos. No final, pode ser que ainda saiam ganhando com tudo isso, pois sem a internet, que é o maior meio de divulgação hoje em dia, poderiam acabar sendo esquecidos. Isso sem contar que, se alguém baixa um produto de graça, mesmo que esteja cometendo um ato considerado ilegal, é também um possível consumidor. As empresas devem encontrar uma razão e/ou um diferencial para que esse consumidor queira comprar seus produtos. Sempre haverá quem possa pagar, e é função da empresa/artista atrair esses consumidores. Porém, com essa tentativa de impor o controle sobre o acesso à internet, o resultado será afugentar esses possíveis compradores.

Deve-se lembrar, ainda, que todas as tecnologias inovadoras nasceram de alguma forma de “pirataria” e as leis se adaptaram ao novo. O compartilhamento de arquivos, ao invés de ser visto como um ato ilegal, deveria ser visto como um meio de divulgação, não prejudicando, assim, a indústria copyright. A implantação das leis antipirataria configura-se, na verdade, como um perigoso projeto que compromete a segurança e a liberdade na internet, enquanto faz pouco ou nada para favorecer e proteger a criação artística.

5. Referências Bibliográficas:

ALEXANDRE BAZZAM. **SOPA e PIPA: o império contra-ataca**. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2426-sopa-e-pipa-o-imperio-contra-ataca>>. Acesso em: 11 de maio de 2012.

ANDRE DAMON. **'SOPA e PIPA' – As leis antipirataria e a liberdade da Internet.** Disponível em: < <http://www.wsws.org/pt/2012/jan2012/ptso-j25.shtml>>. Acesso em: 11 de maio de 2012.

DÉBORAH SALVES. **"Novo Sopa" recebe apoio do Facebook e rejeição da Casa Branca.** Disponível em: < <http://tecnologia.terra.com.br/noticias/0,,O15725324-E112884,00-Novo+Sopa+recebe+apoio+do+Facebook+e+rejeicao+da+Casa+Branca.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

DOUG PALMER. **EUA dizem que propriedade intelectual comporta 40 milhões de empregos.** Disponível em: < <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2012/04/11/eua-dizem-que-propriedade-intelectual-comporta-40-mi-de-empregos.jhtm>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

EDSON FERNANDO MOSER. **SOPA e PIPA: erros e mais erros, de ambos os lados.** Disponível em: < <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/sopa-e-pipa-erros-e-mais-erros-de-ambos-os-lados/61077/>>. Acesso em: 11 de maio de 2012.

NAYARA FRAGA. **SOPA e PIPA violam direitos humanos, diz criador da web.** Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-tecnologico/2012/01/20/sopa-e-pipa-violam-direitos-humanos-diz-criador-da-web/>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

OTAVIO COHEN. **Entenda o que é SOPA e por que a internet está protestando contra isso.** Disponível em: <<http://super.abril.com.br/blogs/superblog/entenda-o-que-e-sopa-e-por-que-a-internet-esta-protestando-contr-ela/>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

Senado americano adia votação do projeto PIPA. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/senado-americano-adia-votacao-do-projeto-pipa>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.

TATIANA MERLINO. **Internet ameaçada: as inúmeras investidas para controlar a rede mundial.** Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/component/content/article/165-edicao-180/2631-internet-ameacada-as-inumeras-investidas-para-controlar-a-rede-mundial>>.

Acesso em: 14 de maio de 2012.

Tramitação do projeto antipirataria Sopa é suspensa no Congresso dos EUA. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/tramitacao-do-projeto-antipirataria-sopa-esta-suspensa-no-congresso-dos-eua>>. Acesso em: 14 de maio de 2012.